

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.697 - RS (2019/0056651-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : RIO GRANDE ENERGIA S/A  
**ADVOGADOS** : JOSÉ MAURO BARBIERI - RS017169  
MARCOANTONIO FRANZEN - RS040432  
MOISES GRAFFUNDER DE VARGAS E OUTRO(S) - RS066619  
**RECORRIDO** : ANTONIO ZORZI  
**RECORRIDO** : AMELIA FRANCESCHI ZORZI  
**RECORRIDO** : CAMILO DAVID ZORZI  
**RECORRIDO** : TEREZINHA ZORZI  
**ADVOGADO** : ALVADI ANTONIO GRISELI E OUTRO(S) - RS052582

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por **RIO GRANDE ENERGIA S.A.**, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 294, e-STJ):

Apelação cível. Responsabilidade civil. Ação de indenização por dano moral. Ilegitimidade ativa dos autores desacolhida. Legitimidade passiva da ré reconhecida. Falta de energia elétrica por longo lapso temporal. Caso fortuito não configurado. Danos morais caracterizados. Dever de indenizar. Valor indenizatório. Minoração da verba indenizatória fixada em sentença quanto ao dano moral. O valor da indenização pelo dano moral deve ser fixado considerando a necessidade de punir o ofensor e evitar que repita seu comportamento, devendo se levar em conta o caráter punitivo da medida, a condição social e econômica do lesado e a repercussão do dano. Juros de mora. Termo inicial alterado. Apelo parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 323-327, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 333-349, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 86, 292, V, 373, I, e 1022, II, do CPC/15; 186, 393, 402, 403 e 927 do Código Civil; 14, § 3º, II, do CDC.

Sustenta, em síntese: **a)** negativa de prestação jurisdicional, alegando que o Tribunal local não se manifestou sobre todos os dispositivos legais apresentados no recurso; **b)** ausência de responsabilidade civil, ante o fato de terceiro e a ocorrência de caso fortuito; **c)** a parte autora não comprovou os danos que alega ter sofrido, sendo indevida a indenização imposta à requerida; **d)** a parte autora decaiu de parte considerável de seu pedido e deve ser condenada a pagar de forma proporcional o ônus sucumbencial.

Contrarrazões às fls. 399-411, e-STJ.

Após decisão de admissibilidade do recurso especial (fls. 413-417, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

**1.** A recorrente aponta violação ao artigo 1022, II, do CPC/15, alegando

negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o Tribunal local não se manifestou sobre todos os dispositivos legais apresentados no recurso.

Constata-se, da leitura do acórdão recorrido, que a apontada ofensa não se configura, na medida em que a Corte Estadual, ao apreciar os recursos interpostos pelas partes, dirimiu de forma clara e integralmente a controvérsia acerca da responsabilidade civil pela interrupção no fornecimento de energia elétrica, porém em sentido contrário ao pretendido pela recorrente, o que não configura negativa de prestação jurisdicional.

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, **nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio**. No caso, a controvérsia foi dirimida de forma clara e satisfatória, não havendo omissão.

Nesse sentido, são os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 55.751/RS, Terceira Turma, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 14.6.2013; AgRg no REsp n. 1.311.126/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 22.5.2013; REsp n. 1244950/RJ, Terceira Turma, Relator o Ministro Sidnei Beneti, DJe 19.12.2012; e EDcl no AgRg nos EREsp n. 934.728/AL, Corte Especial, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 29.10.2009.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

2. No tocante à alegada ofensa aos artigos 14, § 3º, II, do CDC, e 393 do Código Civil, sustenta a insurgente a ausência de responsabilidade civil, ante o fato de terceiro e a ocorrência de caso fortuito.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 298-300, e-STJ):

Por segundo, também não merece guarida a alegação de ilegitimidade passiva da ré em razão de que a interrupção do fornecimento de energia teria como causa a queda de árvores plantadas em propriedade provada. **Tenho que ao contrário do defendido pela ré, as árvores estavam plantadas na faixa de domínio da rede de distribuição, inexistindo motivos para acolher a alegada ilegitimidade passiva da RGE.** Além disso, um dos argumentos que constituem a causa de pedir da parte autora é a demora no reestabelecimento do fornecimento de energia e, não, somente a interrupção deste.

Afastadas as preliminares, passo ao exame do mérito.

[...]

Em se tratando de relação de consumo, a responsabilidade civil é objetiva, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, somente isentando de responsabilidade o fornecedor que provar a inexistência do defeito ou a culpa exclusiva da vítima (consumidor) ou de terceiro (§ 3º do art. 14). Trata-se, na hipótese, de inversão legal do ônus da prova, na qual a ré possui o ônus de provar alguma das causas excludentes previstas no § 3º, do art. 14, do CDC, e não a inversão que pende de determinação judicial, prevista no inciso VIII do art. 6º da Norma Consumerista. Em suma, basta, pois, ao consumidor, sendo a responsabilidade objetiva, o que independe de culpa, a prova do dano e do nexo causal. **Dessa forma, caberia à demandada, a prova da inexistência de deficiência no fornecimento de energia, no que não se desincumbiu a contento, muito menos que houve culpa exclusiva da vítima.**

A alegação de que foi a chuva que se abateu sobre a cidade a causa dos alegados danos sofridos não merece ser acolhida. Referido fenômeno da natureza não foi a causa direta e imediata desses danos, mas sim a demora no retorno da energia elétrica. Resumindo, a ré não está sendo responsabilizada pela tempestade, essa sim decorrente de força maior, mas pelo fato de prestar serviço defeituoso, sem a presteza e agilidade esperada para o restabelecimento de energia na propriedade do consumidor. No que toca ao dano moral, tenho como caracterizado, pois são indiscutíveis os transtornos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica por longo lapso temporal. Além disso, é de notório conhecimento o péssimo serviço prestado pelas concessionárias de energia elétrica aos consumidores que buscam auxílio nos casos de falta de energia elétrica. Além disso, a ocorrência de vento, e chuvas fortes não tem o condão de ser considerados caso fortuitos, pois eventos como estes nada possuem de imprevisíveis e incomuns. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto, analisando o conteúdo fático e probatório dos autos, afastou a ocorrência de fato de terceiro e de caso fortuito e concluiu pela falha na prestação do serviço por parte da requerida, ora recorrente (fls. 299-300, e-STJ).

Para derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar a ocorrência de causa excludente de responsabilidade, na hipótese, segundo as alegações vertidas no apelo extremo, seria imprescindível o reexame de todo o conteúdo fático e probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos, asseverou que "comprovada a falha do serviço, o dano e o nexos causal entre ambos, bem como não verificada a presença de excludentes de responsabilidade, deve a ré ser condenada ao pagamento do prejuízo material sofrido pela autora". 2. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. 3. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.668.657/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13.06.2017, DJe 20.06.2017) [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CARÁTER INFRINGENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL. INCÊNDIO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM FUNDADO NOS ELEMENTOS FÁTICOS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MULTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não ocorrentes nenhuma das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, revela-se nítido o intuito infringente

dos presentes embargos de declaração, devendo ser recebidos como agravo regimental em homenagem aos princípios da fungibilidade recursal e da celeridade e economia processuais. 2. **A verificação da existência de nexo causal entre a falha na prestação do serviço ofertado pela concessionária e o incêndio que destruiu o imóvel em questão, assim como o reconhecimento da responsabilidade da concessionária pública em reparar os danos morais e materiais advindos, decorreram da análise soberana, pelo Tribunal de origem, dos elementos fáticos carregados aos autos. A revisão deste entendimento demandaria, necessariamente, o reexame de provas, conduta vedada em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.** 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento, com aplicação de multa. (EDcl no Ag 1.352.948/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18.10.2011, DJe 04.11.2011) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE POR ELETROPLESSÃO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FATO DE TERCEIRO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DE CONTRARIEDADE A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No que se refere à responsabilidade da agravante concessionária de serviço público, responde objetivamente pelos danos causados a terceiros decorrentes de falha na prestação do serviço. Precedentes. 2. **A convicção a que chegou o acórdão, quanto à ausência de culpa exclusiva de terceiro, decorreu da análise do quadro fático-probatório, assim sendo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 desta Corte.** 3. É cediço que a análise de matéria constitucional não é de competência desta Corte, mas, sim, do Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação da Carta Magna. Inviável, assim, o exame de ofensa a dispositivos e princípios constitucionais em recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 664.637/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28.04.2015, DJe 01.06.2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE INCÊNDIO CAUSADO POR DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO RECLAMO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. INSURGÊNCIA DA COMPANHIA ENERGÉTICA. 1. **Responsabilidade objetiva do fornecedor pelos danos causados aos consumidores por defeito na prestação de serviço de energia elétrica. Acórdão estadual pugnando que a concessionária de serviço público não se desincumbiu do ônus de comprovar a ausência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor. Incidência da Súmula 7/STJ.** 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 318.307/PE, Rel.

Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25.02.2014, DJe 05.03.2014) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência da Súmula 7 desta Corte.

3. A recorrente aponta, ainda, violação aos artigos 373, I, do CPC/15, 186, 402, 403 e 927 do Código Civil, alegando que a parte autora não comprovou os danos que alega ter sofrido, sendo indevida a indenização.

Extraí-se dos autos que o Tribunal de origem, ao analisar a questão do dano moral, assim decidiu (fl. 300, e-STJ):

[...] No que toca ao dano moral, tenho como caracterizado, pois são indiscutíveis os transtornos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica por longo lapso temporal. Além disso, é de notório conhecimento o péssimo serviço prestado pelas concessionárias de energia elétrica aos consumidores que buscam auxílio nos casos de falta de energia elétrica. Além disso, a ocorrência de vento, e chuvas fortes não tem o condão de ser considerados caso fortuitos, pois eventos como estes nada possuem de imprevisíveis e incomuns. [grifou-se]

Verifica-se que o órgão julgador, na hipótese, a partir do exame do acervo fático e probatório dos autos, consignou ter sido caracterizado o dano moral decorrente dos transtornos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica por longo lapso temporal (fl. 300, e-STJ).

Desse modo, verificar se o acervo probatório foi ou não suficiente para embasar o *decisum* atacado, se a parte autora trouxe aos autos provas para demonstrar o fato constitutivo do seu direito, a fim de desconstituir as conclusões a que chegou o Tribunal de piso, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, providência esta que é inadmissível na estreita via do recurso especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do STJ.

No mesmo sentido, transcrevem-se precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. CULPA EXCLUSIVA DA ORA AGRAVANTE. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 3. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.290.488/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23.10.2018, DJe 29.10.2018) [grifou-se]

CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONFIGURADO O DANO MORAL. REVISÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. QUANTUM RAZOÁVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. PRECEDENTES 1. Mostra-se razoável a fixação em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para reparação do dano moral pelo ato ilícito de interrupção no fornecimento de energia elétrica na residência da usuária injustificadamente, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes.** 2. Este Sodalício Superior altera o valor indenizatório por dano moral apenas nos casos em que a quantia arbitrada pelo acórdão recorrido for irrisório ou exorbitante, situação que não se faz presente. 3. A usuária não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, que se apoiou em entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça. Incidência da Súmula nº 83 do STJ. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 655.900/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.05.2015, DJe 14.05.2015) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - TRAUMATISMO INTRACRANIANO-ACIDENTE. **QUEDA DE OBJETO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA-CONDUTA OMISSIVA E NEGLIGENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - NEXO CAUSAL EVIDENCIADO - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO DANO MORAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. IMPUGNAÇÃO FUNDAMENTOS. SUMULAS Nº 126/STJ E Nº 283/STF..** 1. Não há ofensa aos arts.458 e 535 do CPC se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente sobre as questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em qualquer vício capaz de maculá-lo. **2. Tendo o tribunal de origem, após minuciosa análise do contexto fático dos autos, concluído pela responsabilidade de indenizar e ter arbitrado o valor com observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, rever tal posicionamento esbarra no enunciado da Súmula nº 7/STJ.** 3. Havendo fundamento constitucional, a não interposição do recurso extraordinário atrai a aplicação da Súmula nº 126/STJ. 4. A ausência de impugnação específica a fundamento do acórdão recorrido reclama a aplicação do verbete da Súmula nº 283/STF, por analogia. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 999.188/MT, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14.03.2017, DJe 24.03.2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REDE ELÉTRICA. MORTE DA VÍTIMA. **DANO MORAL. OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE.** 1. Rever as conclusões da Corte de origem, que entendeu ser devida a indenização por danos morais diante falha na

**prestação do serviço público pela concessionária de fornecimento de energia elétrica, culminando com a morte da vítima, demandaria o revolvimento dos aspectos fáticos da lide, procedimento vedado nesta via recursal, haja vista o disposto na Súmula nº 7/STJ.** 2. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais). 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 986.1443/MA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14.02.2017, DJe 21.02.2017) [grifou-se]

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - ENERGIA ELÉTRICA - SUSPENSÃO DO SERVIÇO- MOROSIDADE INJUSTIFICADA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.** 1. Ofensa a norma constitucional. O recurso especial não se presta ao exame de suposta violação a dispositivos constitucionais, por se tratar de matéria reservada à análise do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, inciso III, da Constituição da República. 2. O recurso especial é via inadequada para analisar atos normativos secundários, por não se enquadrarem no conceito de lei federal. **3. A Corte local, com base na análise do conjunto probatório acostado aos autos, concluiu pelo reconhecimento da responsabilidade civil perseguida na demanda, motivo pelo qual, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir as afirmações contidas no decisum atacado e o revolvimento das provas colacionadas ao feito, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ.** 4. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado ao princípio da razoabilidade não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso. Incidência da Súmula n. 7/STJ. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 331.469/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17.03.2015, DJe 20.03.2015) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência do teor da Súmula 7 desta Corte.

Destaca-se que, a respeito da pretensão recursal com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido enunciado sumular impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes: AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/06/2015; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

**4.** Por fim, no que diz respeito à apontada ofensa aos artigos 86 e 292, V, do CPC/15, sustenta a recorrente que a parte autora decaiu de parte considerável de seu pedido e deve ser condenada a pagar de forma proporcional o ônus sucumbencial.

O Tribunal *a quo*, ao julgar a apelação, manteve os ônus sucumbenciais fixados na sentença (fl. 304, e-STJ).

A sentença, por sua vez, assim dispôs (fl. 246, e-STJ):

**ANTE O EXPOSTO**, julgo **PROCEDENTES** os pedidos para condenar a RGE - Rio Grande Energia S/A a pagar aos autores a título de danos morais, o valor de R\$ 10.000,00 (distribuídos proporcionalmente entre os autores), corrigidos monetariamente (IGP-M) a contar da data de prolação dessa sentença (Súmula nº 362 do STJ), e acrescido de juros de mora de 12% ao ano, contados de 01/02/2014 (Súmula nº 54 do STJ).

**Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado ao patrono dos autores, que vão fixados em 10% do valor atualizado da condenação (arts. 85, §2º, do NCPC).**

Destaca-se, quanto à fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais, que a orientação desta Corte é no sentido de que *"a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática"* (AgRg nos EDcl no REsp 757.825/RS, Rel. Min. DENISE ARRUDA, Primeira Turma, DJ de 02.04.2009).

Neste ponto, para acolhimento do apelo extremo, no sentido de verificar a adequação da distribuição dos ônus de sucumbência, seria imprescindível o revolvimento do acervo fático dos autos, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 desta Corte. Precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. **Segundo a jurisprudência desta Corte a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula n. 7/STJ.** [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 708.958/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO EXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 458, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MOMENTO. CITAÇÃO. MULTA. ART. 538 DO CPC/73. INTUITO PROTETÓRIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. TEORIA DA ASSERTÃO. ARBITRAGEM. COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA. PRECEDÊNCIA TEMPORAL. 1. (...). 6. **Somente em situações excepcionais, o STJ afasta a Súmula 7, para exercer juízo sobre o valor fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica na hipótese dos**



autos. 7. Pelo princípio da causalidade, aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração de incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes. A jurisprudência do STJ tem se manifestado reiteradamente no sentido de estabelecer a citação como marco temporal para a aplicação do princípio da causalidade. 6. (...). 12. Recurso especial de CARLOS NEHRING NETO, EDUARDO GREBLER e EDUARDO DAMIÃO GONÇALVES conhecido e provido. (REsp 1.614.070/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26.06.2018, Dje 29.06.2018) [grifou-se]

PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO. VALOR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. REVISÃO. POSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DECAIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 1. Admite-se excepcionalmente a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, quando a verba for arbitrada em montante exorbitante ou irrisório, o que não ocorre no presente caso. 2. **Ademais, a revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é inadequado na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ.** 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 13.883/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 15/10/2012) [grifou-se]

Com efeito, este Superior Tribunal possui entendimento firmado no sentido de que rever a proporção de vitória/derrota das partes na demanda, para aferir a sucumbência recíproca ou mínima, implica em revisão de matéria fática e probatória, providência inviável de ser adotada, em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Ademais, conforme dispõe a Súmula 326 desta Corte, "na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca".

**5.** Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **nego provimento** ao recurso especial e, ante o disposto no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem em favor da parte ora recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator